

---

## A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA

Kelly Cristine F. O. Bessa  
Geógrafa - UFU

Beatriz Ribeiro Soares  
Profa. Dra. do Dep. de Geografia - UFU

**RESUMO:** *O processo de produção do espaço da cidade é desigual e decorre, basicamente, da ação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano. Nessa perspectiva, o presente estudo evidencia este processo em Uberlândia, tendo como eixo central a fragmentação sócio-espacial, vista pela ótica do fenômeno de favelização. O processo de favelização de Uberlândia inicia-se na década de 40, mas somente a partir dos anos 70 assume uma maior importância na organização do espaço urbano. A favela, enquanto organização sócio-espacial, exprime o acirramento das desigualdades sociais, as práticas segregacionistas de uso e ocupação do solo urbano, a luta pela sobrevivência e pelo direito à cidade.*

**Palavras Chaves:** *cidade, urbano, fragmentação, segregação sócio-espacial, favelização.*

**ABSTRACT:** *The production process of the city areas is unequal and basically is the result of action from different builders of urban areas. From the perspective, the present paper shows this process in Uberlândia, having as its main point the social-space fragmentation, from the slumming process in Uberlândia which was started in the 40's. However only from the 70's onwards it grew in importance in the urban space organization. The slums, being a social-space organization shows the worsening of the social inequalities, the segregation practices of use and occupation of the urban soil, the struggle for survival and citizenship.*

**Key Words:** *town, urban, fragmentation, social-space segregation, slumming.*

---

### 1- INTRODUÇÃO

Segundo CORRÊA (1995), o espaço geográfico representa a morada do homem. Este, enquanto morada, experienciado de várias maneiras, rico em simbolismos e campos de lutas, multidimensional a partir das práticas sociais distintas, nele vivenciadas, é o reflexo da condição social, política e econômica de uma dada sociedade.

Pensado dessa maneira o espaço geográfico, quando decifrado, revela-nos as práticas sociais e espaciais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham e vivem suas vidas cotidianas.

Nesse contexto a presente pesquisa, considerando a análise do espaço geográfico, busca compreender o fenômeno de estruturação e fragmentação do espaço urbano na cidade de Uberlândia - MG, tendo

como eixo central o entendimento do processo de favelização.

O processo de favelização das metrópoles brasileiras tem seu início no final do século XIX, mas somente a partir da década de 30 assume uma maior importância no contexto das cidades. Num primeiro momento, a favela representa um problema apenas para os grandes centros, tais como: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. No entanto, a partir dos anos 50, essa problemática passa a se impor no cotidiano das cidades de pequeno e médio porte, tendo em vista as transformações ocorridas nas sociedades capitalistas.

*O surgimento e ampliação das favelas* é uma característica da urbanização do mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento, ou seja, dos países de economia desigualmente afetadas, sendo que em cada um destes essa forma de habitação recebe denominações próprias, tais como: *bandas de miséria*, na Argentina, *gececondu*, na Turquia, *bidonvilles*, na Argélia, *barriadas*, *ranchos*, no México e em outros países latino-americanos e, no Brasil, *invasões*, *vilas miséria* e, principalmente, *favelas*.

A palavra favela, em si, designa um arbusto típico da caatinga nordestina, *planta leguminosa com incrível capacidade de resistência em clima árido e em solos desérticos (...) cujas folhas causam uma picada tremendamente dolorosa* (ZYLBERBERG, 1992: 55-59), sendo muito abundante no sertão de Canudos onde, inclusive, há um morro com esse nome.

Existe, na base da origem das favelas urbanas, uma ligação direta com Canudos e esse arbusto, uma vez que as favelas surgem no cenário brasileiro no final do século XIX, no Rio de Janeiro, capital do País e principal ponto de articulação do território brasileiro. Em função disto, essa cidade passa a materializar as pressões sociais,

políticas e econômicas desse momento histórico, e a favela surge em decorrência da crise habitacional e política enfrentada durante o início da República (ABREU, 1994).

O crescimento de barracos e habitações ilegais deu-se, primeiramente, pela acomodação dos soldados da Revolta Armada e da Campanha Militar de Canudos, ocorridas no final do século XIX (1893-1894 e 1896-1897, respectivamente). Para enfrentar o problema do alojamento dos soldados o Governo, como recompensa pelos serviços prestados à Pátria, permitiu a construção provisória de habitações de madeira no morro de Santo Antônio e no morro da Providência. Seja porque os morros do Rio de Janeiro assemelhavam-se à paisagem existente em Canudos, seja pela presença dos soldados que lutaram em Canudos, a verdade é que o morro da Providência logo passou a ser conhecido na cidade como *Morro da Favela*. (ABREU, 1994)

Em decorrência do déficit habitacional, gradativamente, os morros do Rio de Janeiro foram sendo ocupados de forma ilegal e sem a autorização do poder público. A partir da década de 20 e em função da sua enorme difusão pelo espaço urbano, o termo **favela** generalizou-se, passando a ser usado em todo território brasileiro para designar todas as formas de habitação que eram construídas em terrenos de terceiros e sem a aprovação do poder público.

(...) não podemos (...) afirmar que a favela surge no Morro da Favela, mas podemos sim dizer que é a partir da ocupação da Favela que essa prática se sistematiza. (...) o termo favela passa a definir essa nova forma de habitação, pelo fato de ter apontado uma solução para o problema da moradia das camadas mais desfavorecidas da população. (ZYLBERBERG, 1992: 57)

Nos dias atuais, a favela é analisada mediante um conjunto de categorias: capital, trabalho, salário, renda, propriedade privada, cotidianidade e, principalmente, como um dos aspectos de organização do espaço urbano. Para a presente pesquisa partimos deste pressuposto, ou seja, consideramos o espaço da favela enquanto um aspecto de organização espacial da cidade, em que a mesma representa áreas de moradia construídas em terrenos de propriedade alheia, ou seja, aglomerações urbanas edificadas a partir da invasão/ocupação de terrenos de propriedade pública ou privada. Para caracterizar uma área favelada a definição baseia-se, principalmente, na sua condição jurídica, ou melhor, na não propriedade do terreno ocupado. De acordo com RODRIGUES (1994: 36),

O que distingue a favela de outros locais de moradia, também sem infra-estrutura é a natureza da ocupação das terras. Os mais variados termos são utilizados: invasão de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano. A favela se constitui numa ocupação juridicamente "ilegal" de terras.

Para completar essa definição podemos incluir alguns outros elementos que, isoladamente, não são suficientes para definir uma área favelada mas que, num conjunto, caracterizam de maneira eficiente essa forma de habitação:

1. o material utilizado para a construção e as formas de moradias: habitações rústicas, barracos, malocas e palafitas, feitas com material improvisado, tais como restos de material de construção ou material usado (placas, pedaços de madeira, lonas, plásticos, etc). Entretanto, pensando uma conceituação mais ampla, não descartamos as casas de alvenaria;
2. quanto à infra-estrutura: as favelas não possuem uma infra-estrutura básica, ou seja, são desprovidas de serviços e

equipamentos urbanos, tais como: redes de eletricidade, água e esgoto, coleta de lixo, entre outros. No entanto, em alguns casos, percebe-se uma infra-estrutura clandestina e irregular, feita pelos próprios moradores, principalmente, a energia elétrica;

3. a ausência de arruamento e ordenamento dos barracos que decorre da forma de ocupação dos terrenos, uma vez que as favelas são desordenadas e não existe arruamento e nem demarcação dos lotes.

Nessa perspectiva, é de suma importância considerar os processos de estruturação do espaço urbano da cidade como um todo, uma vez que a favela, enquanto um aspecto de organização espacial, está inserida numa estrutura urbana maior, que por sua vez tem sua própria lógica estrutural. Dessa maneira, a cidade é analisada em sua dimensão histórica, produto da divisão do trabalho, vista pelo aspecto da segregação-diferenciação espacial. Seguindo essa lógica, o urbano é pensado enquanto espaço fragmentado social e espacialmente.

Para caracterizar a estruturação do espaço urbano uberlandense tomamos como base as obras de mestrado e doutorado de SOARES (1988 e 1995 respectivamente), assim como as representações construídas pela opinião pública (jornais e revistas), dados obtidos nos órgãos governamentais (Prefeitura Municipal: Secretárias Municipais de Trabalho e Ação Social, Planejamento e Meio Ambiente e Habitação) e junto ao IBGE. A partir dessas obras é possível montar um referencial histórico que evidencia a construção do urbano mediante a atuação dos diversos agentes produtores do espaço. Para a nossa compreensão da produção do espaço, trabalhamos com as formulações de SANTOS (1992) a respeito do que vem a ser totalidade social e os elementos que a compõem: forma, função, estrutura e processo.

Em seguida, analisamos os aspectos da complexidade das relações que são estabelecidas no processo de produção do espaço urbano e, principalmente, do espaço da favela em si. Buscamos assim compreender as múltiplas relações que estão na base do fenômeno de favelização da cidade, bem como as influências desta, sobre a estrutura urbana como um todo.

## 2- DA CIDADE LEGAL À CIDADE ILEGAL: O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA

Situada no Triângulo Mineiro, a cidade de Uberlândia representa na atualidade um importante centro regional, cuja influência ultrapassa os limites do Estado de Minas Gerais. É definitivamente um centro urbano, pois cerca de 98,0% (418.861) de sua população reside na área urbana e apenas 2,0% (8.735) na rural. (IBGE, 1991: projeção para 1995)

A economia do município desenvolve-se com expressiva modernização, estando calcada em três setores econômicos: produção, distribuição e consumo de mercadorias; mantendo um intercâmbio comercial com São Paulo, Goiás, Mato Grosso e vários municípios do Estado de Minas Gerais.

No entanto, as condições políticas e econômicas produziram uma estrutura urbana compartimentada, expressando a divisão social do espaço, semelhante às demais cidades capitalistas, onde o espaço urbano foi e continua sendo construído tendo em vista os interesses políticos e econômicos de suas elites, e não em função das necessidades reais da população.

Na década de 90, a forma urbana de Uberlândia apresenta-se extremamente fragmentada uma vez que, ao longo de sua história, a cidade, influenciada por uma elite conservadora, pelo Poder Público Municipal e pela especulação imobiliária, estruturou

uma configuração urbana desigual e contraditória. Configuração esta, que demonstra a fragmentação do espaço em locais apropriados ao trabalho e à reprodução do capital, à moradia, ao consumo, ao lazer, determinando a formações de territórios específicos e segmentos sociais coesos. *Desse modo, criou-se a cidade fragmentada, onde há lugar para todos e tudo tem seu lugar definido.* (SOARES, 1995: 167)

Considerando que a cidade e seus espaços podem ser criados e recriados constantemente, mediante pressupostos políticos, econômicos e sociais, Uberlândia, consolidou, nos últimos 50 anos, um crescimento/estruturação que obedeceu a critérios segregacionais e resultou na seguinte divisão sócio-espacial:

- **Setor Sul:** onde são encontrados os loteamentos de luxo e clubes campestres destinados a atender as classes de renda alta;
- **Setores Leste e Oeste:** estão reservados para a expansão dos loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, que atendem a população de renda baixa;
- **Setor Norte:** área destinada, principalmente, à expansão do Distrito Industrial;
- **Setor Central:** onde estão localizados os serviços e o comércio, os grandes edifícios e os bairros de ocupação mais antiga.

Nessa configuração urbana as favelas apresentam-se como o espaço mais segregado da cidade, estando localizadas nos bairros periféricos, às margens dos cursos d'água (Rio Uberabinha e principais córregos: Perpétua, Lagoinha, Liso, Lobo) e junto aos principais eixos rodoviários e ferroviários.

Os primeiros relatos sobre habitações ilegais em Uberlândia decorre dos anos 40,

quando começa a expansão do perímetro urbano. Na década de 60, vários são os relatos sobre os favelados das *Tabocas* e da chamada *Favela do Contorno*, situadas próximo ao Bairro Bom Jesus, entre a ferrovia e a rodovia. Os comentários referem-se, principalmente, à precariedade das habitações e dos acidentes ocorridos durante o período de chuvas, bem como ao descaso do Poder Público.

No entanto, somente a partir da década de 70, em decorrência dos processos migratórios, da especulação imobiliária e da dificuldade de acesso à moradia, essa forma de habitação torna-se uma alternativa para a população de baixa renda da cidade de Uberlândia.

A favelização uberlandense ocorreu de forma gradativa, sendo resultado de processos sociais, políticos e econômicos mais amplos e de práticas de apropriação do espaço urbano segregacionistas.

## 2.1- A expansão do processo de favelização nos anos 80

Na década de 80, a cidade de Uberlândia sofreu uma crise habitacional que afetava, principalmente, a população mais pobre, que vivenciou uma deterioração das condições de vida e, conseqüentemente, de acesso à moradia. Uma das causas dessa crise foi o enorme crescimento populacional, aliado à especulação imobiliária. Dessa forma, a favela, enquanto habitação alternativa para as classes de renda baixa, proliferou pela cidade.

Nesse período, tem-se cinco favelas consolidadas na cidade de Uberlândia e alguns focos descentralizados; juntos somam um total de 917 famílias, ou seja, aproximadamente, 4.585 habitantes, o que significa 1,98% da população urbana total. A TABELA 1 mostra a distribuição espacial dos favelados nos focos de favelas existentes em Uberlândia na década de 80.

TABELA 1: ÁREAS FAVELADAS NA DÉCADA DE 80

FAVELA	LOCALIZAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS
Fepasa	Bairro Marta Helena, às margens dos trilhos da ferrovia da FEPASA	51
Jardim Brasília	Bairro Jardim Brasília	15
Leão XIII	Bairro Leão XIII	26
Rondon Pacheco	Bairro Tibery, às margens da Avenida Rondon Pacheco	230
Uberabinha	Bairro Dona Zulmira, às margens do Rio Uberabinha	220
	Avenida João Naves de Ávila	33
Descentralizadas	Bairro Jardim MetrÓpole, na Rua Mercúrio	25
	Rua São João/ Bairro Pampulha/ Bairro Carajás/ outros	317
TOTAL	-	917

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia e periódicos

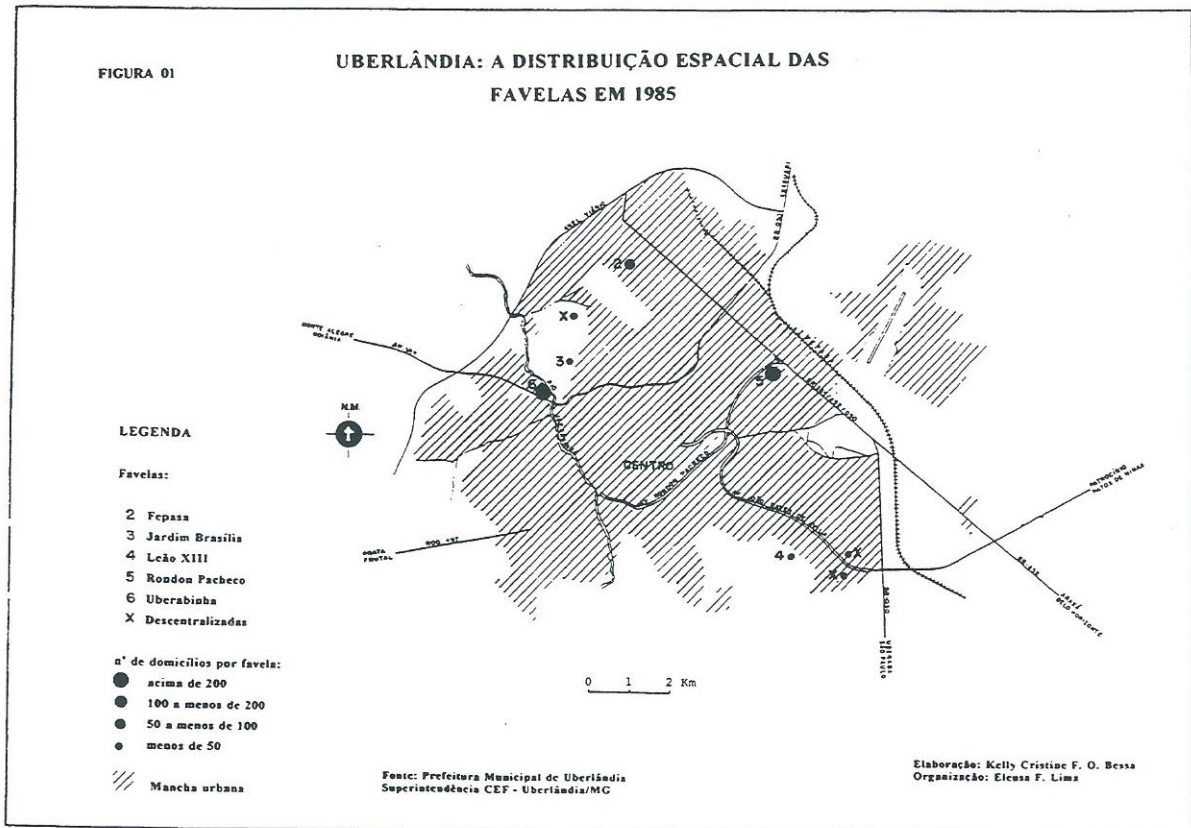
A partir desses dados é possível perceber a existência de duas grandes favelas: Rondon Pacheco e Uberabinha. Estas concentravam juntas mais de 49,0% da população favelada total. Além dessas duas grandes favelas é perceptível um número elevado de focos descentralizados, que somam um percentual de 41,0% do total dos favelados.

O crescimento das favelas não foi homogêneo em todo o tecido urbano; nota-se uma expansão acentuada junto aos cursos d'água (Rio Uberabinha e Córrego Lagoinha), rodovias e ferrovias. Essas são predominantemente áreas públicas ou pertencentes a órgãos públicos, como a área da ferrovia.

A tendência tem sido a expulsão dos favelados para a periferia, agravando ainda mais o quadro de exclusão sócio-espacial desse segmento da população. Olhando a FIGURA 1, percebe-se a localização das favelas no tecido urbano uberlandense.

A Prefeitura Municipal, em 1984, através da Secretaria de Ação Social, visando conhecer a população que residia nas favelas nesse período, promoveu um cadastramento que propiciou uma caracterização geral desse segmento populacional.

A estrutura etária dessa população revelou uma maior concentração na faixa de indivíduos jovens (de 0 a 18 anos), num percentual de 65,0% do total, em que 20,0%



têm de 0 a 5 anos; 25,0% entre 6 a 12 anos e de 20,0% de 13 a 18 anos; seguido de 3,0% entre 19 a 25 anos e 32,0% acima de 25 anos. Com relação ao sexo os dados mostraram que 51,0% são do sexo masculino e 49,0% do sexo feminino.

A maioria desta população carente era oriunda de outros bairros periféricos por filtração descendente e somavam um percentual de 50,0%; seguido de 27,0% de outros municípios do Estado de Minas Gerais e 23,0% de outros Estados. A respeito do tempo de moradia no município, 18,0% foram considerados migrantes, pois tinham menos de 2 anos de residência neste; 29,0% estavam na faixa de 2 a 3 anos; 20,0% de 6 a 10 anos e 33,0% residiam há mais de 10 anos na cidade.

Com relação à condição profissional, a população favelada, nesse período, apresentava os seguintes dados: 68,0% nunca trabalhou (nessa taxa incluem-se as crianças e algumas mulheres); seguido de 27,0% de empregados (muitos destes sem registro em carteira e trabalhando no mercado informal: artesanato, vendedores ambulantes, entre outros; na construção civil; no emprego doméstico, e outros); 3,0% eram desempregados e 2,0% aposentados.

Ao observar a renda familiar mensal é possível perceber que 81,0% das pessoas faveladas não possuíam renda; entre elas estão as crianças, idosos e algumas mulheres; 15,5% viviam de salário mínimo; 2,0% com 2 salários; 1,0% com 3 salários e 0,5% com mais de 3 salários.

As construções, nesse período, apresentavam características básicas, ou seja, habitações rústicas e inadequadas, feitas com material improvisado e com uma área média construída inferior a 20m<sup>2</sup>, em que 52,0% eram casas de alvenaria e 48,0% barracos e palafitas. Essas áreas faveladas não possuíam serviços públicos e nem equipamentos urbanos.

### **2.1.1- O Programa de Habitação Popular - novas soluções para um antigo problema**

As formas de intervenção nas favelas são normalmente postas e impostas pelo Poder Público. No entanto, estas evoluíram bastante nos últimos anos, principalmente nas administrações ditas populares, onde não se percebe mais o uso da força e da violência, pois buscaram viabilizar formas alternativas de solução para essa problemática. As três formas básicas de intervenção têm sido: remoção e reinstalação, remoção e implantação em áreas legais, urbanização de favelas.

As duas primeiras formas não apresentam um grau satisfatório, uma vez que se percebe grande resistência por parte da população favelada e os núcleos habitacionais destinados a receber essa população estão, normalmente, situados na periferia, fato este que acarreta dois outros fatores agravantes: a maior distância dos centros de serviço e o custo do transporte, que onera o orçamento doméstico. Além disto, a remoção implica na interdição da área, visando assim evitar uma nova invasão. No entanto essa medida, normalmente, é ineficaz e ocorre, eventualmente o aparecimento de novos barracos.

A terceira forma tem sido a mais aceita e recomendada ultimamente e, normalmente, conta com o apoio e a colaboração da população favelada. No entanto, em alguns casos a urbanização é inviável: quando a favela está localizada em área de risco e de preservação ambiental. Fora esses dois aspectos, o tratamento urbanístico é possível, racional e eficaz, pois incentiva o favelado, envolvendo-o em todo o processo de urbanização; reduz o custo do projeto, uma vez que se utiliza do próprio terreno da favela; mantém o agregado habitacional nas proximidades imediata dos centros de trabalho; preserva os investimentos já existentes e evita medidas paternalistas.

Na cidade de Uberlândia, até os anos 80, as intervenções consistiam no uso da força e de extrema violência, expulsando os favelados para as periferias distantes e para outras cidades. A Administração Municipal *patrolava* as áreas faveladas, destruindo os barracos e expulsando a população residente nas favelas.

No entanto, a partir de 1983, a política municipal de habitação assume um novo caráter, quando Zaire Rezende assume a Prefeitura, e inicia uma administração popular, procurando solucionar o problema habitacional de Uberlândia de forma racional, envolvendo a população nas tomadas de decisão.

Tendo em vista o grande número de favelas, cortiços e sub-habitações em Uberlândia (mais de 3.000 famílias), o Poder Público Municipal vigente promoveu um projeto de desfavelamento, urbanização e assentamento dessa população marginalizada, partindo do seguinte pressuposto:

O barraco e a favela não degradam apenas a condição de vida. Comprometem, muitas vezes, o ser humano. Por se sentir excluído e marginalizado, é difícil a sua integração à comunidade como elemento atuante e produtivo. É impossível, portanto, falar em qualidade de vida, quando não está assegurado o direito de acesso a uma moradia decente. (HABITAÇÃO POPULAR: A SOLUÇÃO COMUNITÁRIA, 1988: s/p)

Através do Programa de Habitação Popular, criado por essa administração e implementado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social em 1984, o problema de moradia em Uberlândia foi minimizado. O programa procurou um caminho que fugisse dos tradicionais e, ao mesmo tempo, privilegiasse a participação popular na gestão e implementação das ações.

(...) tendo por princípio a valorização da pessoa humana como indivíduo e enquanto família integrante de uma comunidade social e política. Entendemos que a primeira grande novidade foi acreditar que essas pessoas (favelados, ocupantes de submoradias) são capazes de pensar e discutir seus problemas como cidadãos (...) (HABITAÇÃO POPULAR, 1984: s/p)

A Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social partiu de um cadastramento minucioso da população favelada e daquela residente em submoradias. A partir daí, foram analisados todos os casos, alguns de forma individual, outros de forma coletiva. Com base nos dados do cadastramento, em suas análises e nas colocações dos favelados foi elaborado um programa de desfavelamento, urbanização e assentamento.

A elaboração do projeto priorizou quatro ações básicas: a promoção do retorno das famílias faveladas para suas cidades de origem; a remoção de favelas presentes em áreas de risco e de preservação ambiental; a urbanização de lotes com unidades embrionárias para receberem a população favelada removida e a urbanização de favelas cuja remoção não era necessária.

A partir daí, a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social adquiriu terrenos que foram repassados à população cadastrada mediante financiamento, em que a prestação não seria superior a 10% da renda familiar. Esses lotes receberam infra-estrutura básica (água, luz e esgoto) e a construção de moradias foi subsidiada pela Prefeitura, através de investimento financeiro a fundo perdido e construídas pelo sistema de mutirão.

O processo de remoção ocorreu de forma tranquila e sem discordância por parte dos favelados transferidos. Foram removidas as favelas que estavam localizadas em áreas de risco e áreas de preservação ambiental.



As 220 famílias da Favela da Lagoinha foram assim transferidas: 18 para terrenos próprios, com o financiamento do material de construção, oito voltaram para suas cidades de origem e as restantes construíram juntas o Bairro Esperança.

A Favela da Rondon Pacheco foi parcialmente urbanizada, atendendo 20 famílias; os demais moradores foram transferidos: 82 famílias foram transferidas para o Bairro Leão XIII, 56 para o Bairro Vila Maria, 30 para o Bairro Santa Mônica, 10 para terrenos próprios e 32 famílias voltaram para suas cidades de origem.

Na Favela da Fepasa, 20 famílias foram transferidas para o Bairro Santo Inácio e o restante dos moradores para o Bairro Tocantins. A construção desse bairro gerou polêmicas e contradições, visto que durante todo o processo ocorreram reclamações e acusações por parte dos favelados mediante a atuação da EMCOP (Empresa Municipal Construções Populares). Os principais problemas giravam em torno da distribuição do material de construção, pois segundo os moradores, ocorria desvio de material, preferências pessoais e a cobrança de água.

As demais favelas foram urbanizadas; esse processo consistiu no remanejamento dos lotes, repasse do material de construção, orientação para a construção e legalização da situação dos novos loteamentos.

O Programa de Habitação Popular, iniciado em 1984 e finalizado em 1988, ao término do mandato de Zaire Rezende, erradicou temporariamente as favelas existentes em Uberlândia, minimizando a problemática habitacional na cidade.

## **2.2- Década de 90: a retomada do processo de favelização**

O Programa de Habitação Popular erradicou as favelas de Uberlândia na década de 80. No entanto, a favelização

assume um novo caráter nos anos 90, onde se percebe, mais uma vez, o adensamento dessa forma de habitação na cidade. A multiplicação desses núcleos de habitação, nesse período, ocorre em decorrência do fenômeno migratório e por filtração descendente, em virtude da pauperização da população, mediante o acirramento das desigualdades sociais e das dificuldades de acesso à moradia.

Nesse período, estabelecem-se novos focos de favelas na cidade, agora em número de onze, com um total de 255 famílias faveladas, ou seja, aproximadamente 1.275 moradores, o que representa 0,36% da população urbana total. A favelização mantém os mesmos padrões precários da década anterior e, em alguns casos, as mesmas localizações. As favelas tendem a localizar-se junto aos cursos d'água (Rio Uberabinha e nos Córregos Lagoinha, Lobo, Óleo e Perpétua), próximo à ferrovia da FEPASA e no Anel Viário. A TABELA 2 e a FIGURA 2 mostram a distribuição das áreas faveladas existentes em Uberlândia no início dos anos 90.

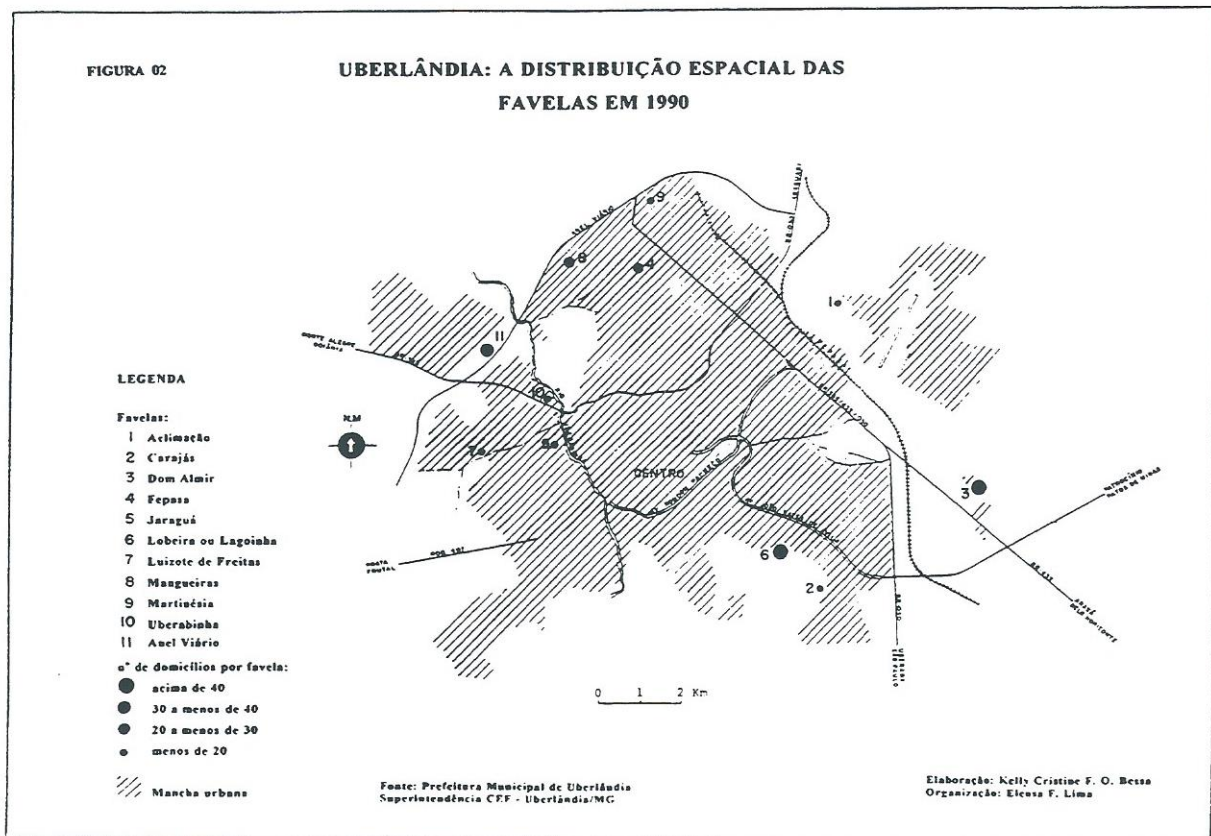
A partir desses dados, percebe-se que no início da década de 90 não se tem grandes favelas, como nos anos 80. Apenas a Favela do Dom Almir apresenta um número maior de domicílios (80 famílias). Portanto, ocorre uma distribuição mais ou menos homogênea dos barracos de favela nos focos existentes.

Com relação à estrutura etária, à condição profissional, à renda familiar e às condições de habitabilidade a favelização nessa fase apresenta, basicamente, as mesmas características da década anterior. No entanto, no que tange à questão da origem, em função da propaganda progressista de Uberlândia, percebe-se um maior número de migrantes.

TABELA 2- ÁREAS FAVELADAS EM 1990

FAVELA	LOCALIZAÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS
Aclimação	Bairro Aclimação, nas nascentes do Córrego Perpétua	3
Anel Viário	às margens do Anel Viário	35
Carajás	Bairro Carajás, às margens do Córrego Lagoinha	10
Dom Almir	Bairro Dom Almir	80
Fepasa	Bairro Marta Helena, às margens dos trilhos da ferrovia da FEPASA	23
Jaraguá	Bairro Jaraguá, às margens do Rio Uberabinha	8
Lobeira ou Lagoinha	Bairro Lagoinha, às margens do Córrego Lagoinha	40
Luizote de Freitas	Bairro Luizote de Freitas, às margens do Córrego do Óleo	9
Mangueiras	Bairro Liberdade, na Rua Elis Regina, às margens do Córrego do Lobo	23
Martinésia	às margens do Anel Viário, próximo ao Distrito Industrial	15
Uberabinha	Bairro D. Zulmira, às margens do Rio Uberabinha	9
<b>TOTAL</b>	-	<b>255</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia e periódicos



### 2.3.1- Desfavelamento nos anos 90: uma outra perspectiva

As leis e normas que disciplinavam o uso e a ocupação do solo em Uberlândia nunca funcionaram como instrumento de planejamento urbano e, sendo assim, a cidade cresceu de maneira aleatória, seguindo as demandas e o controle dos agentes imobiliários. No entanto, a partir de 1991, quando da elaboração do Plano Diretor, é estabelecida uma legislação que visa regulamentar o uso e a ocupação do solo nesta cidade.

O Plano Diretor (1991) parte do pressuposto de que a legislação de uso e ocupação do solo é um instrumento fundamental de planejamento. Mediante o mesmo, dever-se-á estabelecer usos e densidades diferenciadas para os chamados eixos estruturais, assim como criar instrumentos de proteção para o meio ambiente e respeitar as diretrizes de desenvolvimento com qualidade de vida. Dentro dessas diretrizes destacamos a determinação das áreas prioritárias para a implantação dos programas habitacionais, com exceção das áreas de proteção, tais como: fundos de vale, parques e bosques públicos e outras similares, onde deverá haver uma total restrição à ocupação e à edificação e o incentivo ao adensamento da área urbana, limitando a ocupação de áreas ainda não edificadas, sem expandir os limites do atual perímetro urbano.

Com relação à questão habitacional, o Plano Diretor (1991) coloca a necessidade de incentivar programas habitacionais através da iniciativa privada e da concentração dos recursos públicos no atendimento à população de baixa renda. Dentro das diretrizes destacamos a criação do Plano Municipal de Habitação; a implementação dos programas habitacionais conforme os diferentes níveis de renda familiar, tais como: planos de autoconstrução; implementação de lotes

urbanizados, de casas-embrião; aproveitamento de terras públicas para programas habitacionais de baixa renda; bem como promover a redução dos custos das moradias através do sistema de mutirão e promover o desfavelamento através de programas de aquisição de terrenos; subsídio para material de construção básico e a construção de habitações simplificadas.

No mesmo período de elaboração do Plano Diretor (1991) a Prefeitura Municipal, com a administração Virgílio Galassi, implementa um novo programa de desfavelamento. O projeto parte de um cadastramento da população residente nos onze focos de favelas existentes na cidade. Esse cadastramento definiu as ações da Prefeitura que, juntamente com a EMCOP, optou pela remoção das famílias faveladas.

Pelo projeto, a Prefeitura possibilitou aos favelados duas opções. A primeira, consistia na transferência para terrenos nos Bairros São Jorge e Tocantins, em lotes financiados até 36 meses e com um prazo de seis meses para a construção de uma casa, com no mínimo um cômodo e banheiro. Esta opção beneficiou apenas as famílias com mais de três anos de residência na cidade. A segunda opção foi principalmente para aqueles considerados migrantes, ou seja, com menos de três anos de residência; a Prefeitura *garantiu* o retorno para as suas cidades de origem.

O projeto gerou grande insatisfação por parte dos favelados, uma vez que os mesmos não foram envolvidos, como no plano anterior, na sua elaboração. Os agentes elaboradores do plano tomaram todas as decisões e de forma autoritária, simplesmente comunicavam a necessidade da remoção e da transferência. Segundo os favelados, ocorreram ameaças e pressões, tanto da Prefeitura como da EMCOP, para que eles abandonassem o local. As áreas de loteamento também foram pontos de discórdia visto que, de acordo com a

população favelada, os lotes eram extremamente periféricos, dificultando o acesso ao transporte e ao trabalho, assim como as suas condições econômicas não eram suficientes para adquirir os terrenos e para a construção da residência.

O projeto elaborado pela Prefeitura não solucionou e nem minimizou o problema da habitação e das favelas na cidade. Os favelados, mediante a imposição do Poder Público, não colaboraram com o projeto e, mesmo durante o processo de desfavelamento, as favelas continuaram a

crescer, tanto em quantidade como espacialidade.

Quanto ao Plano Diretor (1991), as suas propostas não surtiram efeito, pelo menos até o momento atual, pois não foram tomadas medidas que possibilitassem a sua implantação. Para o processo de desfavelamento, o Plano Diretor não funcionou enquanto uma realidade de planejamento urbano, e a favelização, em Uberlândia, torna-se uma realidade no cotidiano da cidade, como mostra a TABELA 3.

**TABELA 3- ÁREAS FAVELADAS EM 1993**

<b>FAVELA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>Nº DE FAMÍLIAS</b>
Aclimação	Bairro Aclimação, nas nascentes do Córrego Perpétua	20
Anel Viário	às margens do Anel Viário	50
Carajás	Bairro Carajás, às margens do Córrego Lagoinha	03
Cidade Jardim	Bairro Cidade Jardim, às margens do Córrego Guaribas	15
Daniel Fonseca	Bairro Daniel Fonseca, às margens do Rio Uberabinha	04
Dom Almir	Bairro Dom Almir	80
Dona Zulmira	Bairro Dona Zulmira, às margens do Rio Uberabinha	30
Jaraguá	Bairro Jaraguá, às margens do Rio Uberabinha	14
Lagoinha	Bairro Lagoinha, às margens do Córrego Lagoinha	15
Luizote de Freitas	Bairro Luizote de Freitas, às margens do Córrego do Óleo	01
Martinésia	às margens do Anel Viário	20
R. Gramado	Bairro Residencial Gramado, às margens do Córrego Liso	04
São José	Bairro São José, às margens do Córrego Liso e Rio Uberabinha	09
Santo Inácio	Bairro Santo Inácio	18
<b>TOTAL</b>	-	<b>283</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia e periódicos

## 2.4- A favela no contexto atual

Uberlândia, como toda e qualquer cidade capitalista, apresenta em sua estrutura urbana processos segregacionais e espoliativos, em que a população desprivilegiada é gradativamente marginalizada no/do processo de construção do espaço urbano. Esse fato é percebido no decorrer de toda a história uberlandense. As práticas de estruturação espacial dessa cidade dificultam o acesso à moradia e, conseqüentemente, colaboram para a expansão das favelas.

A favelização hoje, em Uberlândia, é uma realidade concreta, assim como seus sujeitos são também concretos,

representando um dos aspectos da organização do espaço urbano da cidade.

Atualmente, existem quinze focos de favelas na cidade, que abrigam cerca de 390 famílias, ou seja, 1950 favelados, o que representa 0,46% da população urbana total.

A localização das favelas obedece a mesma ordem dos anos anteriores, ou seja, junto aos cursos d'água (Rio Uberabinha e Córregos Lagoinha, Liso e Perpétua) e principais eixos rodoviários (Anel Viário), onde existe um certo agrupamento humano. A TABELA 4 mostra a distribuição dos favelados, nos focos de favelas existentes, assim como, a localização destes.

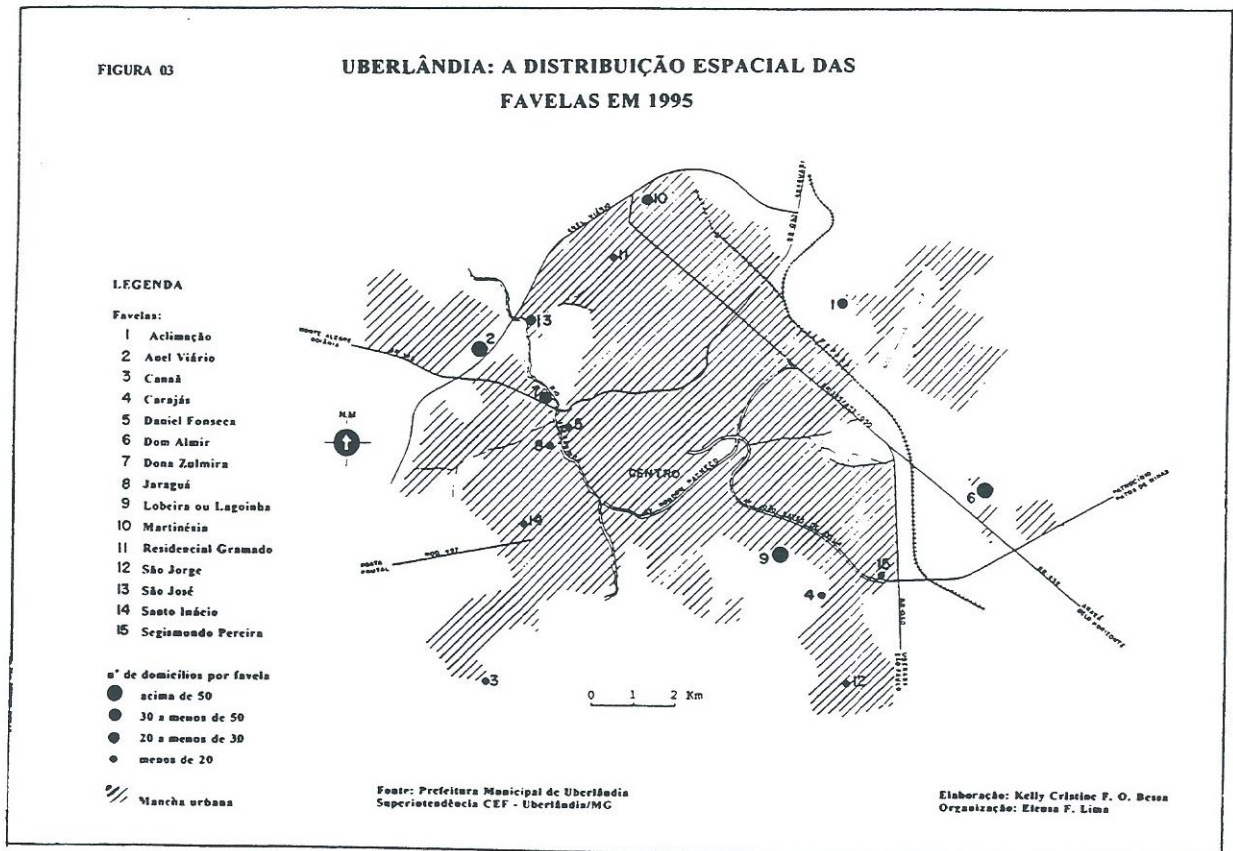
TABELA 4- ÁREAS FAVELADAS EM 1995

FAVELA	LOCALIZAÇÃO	TEMPO DE EXISTÊNCIA ANOS	Nº DE FAMÍLIAS
Aclimação	Bairro Aclimação, nas nascentes do Córrego Perpétua	09	20
Anel Viário	às margens do Anel Viário	05	53
Canaã	Bairro Canaã	03	09
Carajás	Bairro Carajás, às margens do Córrego Lagoinha	10	04
Daniel Fonseca	Bairro Daniel Fonseca, às margens do Rio Uberabinha	04	04
Dom Almir	Bairro Dom Almir	08	100
Dona Zulmira	Bairro Dona Zulmira, às margens do Rio Uberabinha	15	49
Jaraguá	Bairro Jaraguá, às margens do Rio Uberabinha	10	14
Lagoinha	Bairro Lagoinha, às margens do córrego Lagoinha	20	51
Martinésia	às margens do Anel Viário	06	28
R. Gramado	Bairro Residencial Gramado, às margens do Córrego Liso	05	04
São Jorge	Bairro São Jorge	01	09
São José	Bairro São José, às margens do Córrego Liso e Rio Uberabinha	06	25
Santo Inácio	Bairro Santo Inácio	05	18
Segismundo Pereira	Bairro Segismundo Pereira	03	02
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>390</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1996 e periódicos

Na atualidade, o processo de favelização assume um caráter extremamente periférico, pois a partir da espacialização dos focos de favela é possível verificar a periferização e marginalização desta. Como já foi comentado, anteriormente, a tendência

tem sido a expulsão dos favelados para a periferia, agravando ainda mais o quadro de exclusão sócio-espacial desse segmento da população urbana. Essa periferização pode ser vista na FIGURA 3.



<sup>1</sup> Os questionários foram aplicados em 12 das 15 favelas existentes hoje em Uberlândia e correspondem a 10,0% do total de população favelada.

Através da análise dos questionários<sup>1</sup> aplicados durante a pesquisa, foi possível demonstrar as características básicas atuais dessa população favelada, presente hoje em Uberlândia.

Os dados referentes à estrutura etária revelam, assim como nos períodos anteriores, uma maior concentração de indivíduos jovens nas favelas, onde cerca de 67,0% dos moradores correspondem à faixa entre 0 a 18 anos; seguindo, tem-se 17,0% na faixa entre 19 a 30 anos; 7,0% entre 31 a 40 anos; 6,0% entre 41 a 50 anos e 3,0% acima de 51 anos. Com relação ao sexo os dados mostram que 42,0% dos moradores são do sexo masculino e 58,0% do sexo feminino.

As áreas faveladas são em parte formadas por filtração descendente. Esta soma um percentual de 50,0%; seguindo tem-se 31,0% de outros municípios do Estado de Minas Gerais e 19,0% de outros estados da União. A respeito do tempo de moradia na favela 26,0% dos moradores residem há menos de 1 ano; 19,0% na faixa entre 2 a menos de 3 anos; outros 19,0% de 3 a menos de 4 anos e 20,0% de 4 a menos de 5 e 16,0% já residem há mais de 5 anos.

Os dados sobre as condições profissionais não diferem muito dos dados obtidos nos anos anteriores, pois nos dias de hoje essa população favelada, basicamente, está inserida no mercado informal: artesanato, vendedores ambulantes, entre outros; na construção civil e no emprego doméstico.

Ao observarmos a renda familiar, é possível constatar que 10,0% possuem renda inferior a 1 salário mínimo; 32,0% entre 2 a menos 3 mínimos, 39,0% entre 4 a menos de 5 e 19,0% acima de 5 salários mínimos.

Com relação ao número de moradores por domicílio, os dados mostram 3,0% dos mesmos com um morador; 20,0%

entre 2 a menos de 3 moradores; 30,0% entre 4 a menos de 5 e 47,0% acima de 5 moradores por moradia.

Os dados referentes aos níveis de escolaridade apresentam uma realidade alarmante, pois cerca de 32,0% dessa população é analfabeta; seguindo tem-se 29,0% com o primário incompleto; outros 29,0% com o primário completo e 10,0% o *ginasial* incompleto, ou seja, com a relação à escolaridade os dados revelam que essa população não possui sequer o ensino fundamental completo.

Com relação aos motivos que levaram essa população à favela os dados demonstram que 35,0% referem-se aos elevados preços dos aluguéis; 30,0% pela proximidade dos bairros centrais; 19,0% pela perda do emprego e 16,0% pelo não acesso à moradia popular.

A Prefeitura Municipal, através das Secretarias de Trabalho e Ação Social e Habitação e Meio Ambiente busca, sem muito sucesso, implementar programas de erradicação. No entanto, esses projetos não controlam a situação, mas em alguns casos garantem habitação para algumas famílias, pelo menos para aquelas que *passam* pelos seus critérios; entre eles citamos residir, comprovadamente, em Uberlândia há mais de cinco anos.

O último projeto de desfavelamento, iniciado em 1995, ainda em andamento, garantiu habitação para 85 famílias faveladas. Estas receberam lotes financiados pelo Fundo Municipal de Habitação Popular, nos Bairros Tocantins, Guarani, São Jorge, Seringueiras e Laranjeiras.

Entretanto, apesar das ações da Prefeitura, o processo de favelização dessas áreas é acentuado e até mesmo foge ao controle dos órgãos públicos. A TABELA 5 mostra o último cadastramento feito pela

TABELA 5- A SITUAÇÃO ATUAL DAS FAVELAS - 1996

FAVELA	Nº DE FAMÍLIAS
Aclimação	16
Anel Viário	27
Canaã	09
Carajás	04
Daniel Fonseca	03
Dom Almir	100
Dona Zulmira	08
Jaraguá	14
Lagoinha	38
Martinésia	33
São José	31
Santo Inácio	18
<b>TOTAL</b>	<b>301</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1996

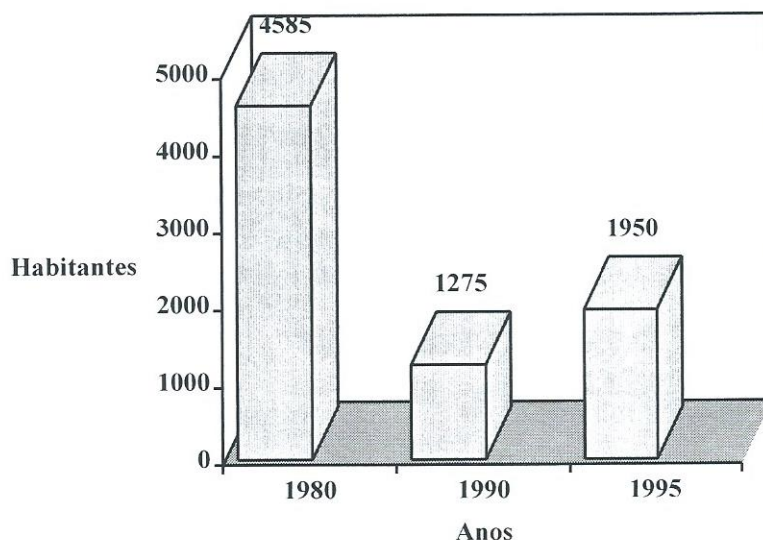
Prefeitura.

De forma geral, o processo de favelização de Uberlândia obedece a critérios segregacionais e é basicamente controlado pelo Poder Público local, que busca minimizar o caráter perverso da espoliação urbana na cidade visando, assim,

manter no imaginário de sua população e a nível regional a imagem de cidade limpa, ordeira e moderna.

O GRÁFICO 1 mostra o processo de evolução das favelas na cidade de Uberlândia, onde são percebidos índices significativos na década de 80, controlados

GRÁFICO 01  
A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO FAVELADA EM UBERLÂNDIA - 1980 A 1995



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia e periódicos



pelo Projeto de Habitação Popular. Nos anos 90, percebe-se novamente o crescimento gradativo das favelas.

Em 1995, permanece a tendência de distribuição dos focos no espaço urbano e a sua periferação. Algumas favelas mantêm as suas localizações desde a década de 80, como é o caso da Favela da Lobeira, no Bairro Lagoinha e da Favela do Dona Zulmira, no Bairro Dona Zulmira. As demais surgem no decorrer dos anos 90, espalham-se pela cidade, sobretudo junto aos cursos d'água, nos principais eixos rodoviários e próximas à aglomerações humanas legais, caracterizando-se principalmente pela periferação e pelas condições precárias de habitabilidade.

## 2.5- Os planos de desfavelamento: a legalização da exclusão

As formas de intervenções sobre as favelas são problemáticas e contraditórias e, na maioria dos casos, reproduzem as práticas excludentes e segregacionista da sociedade capitalista.

Os processos de desfavelamento, prática comumente utilizada em Uberlândia, fundamentalmente não representam uma *mudança social*. Quase sempre equivalem a um simples rearranjo, deslocamento e construção de novos espaços, ou seja, representam a imposição de novas formas, o deslocamento espacial de processos e, muito raramente, efetiva alterações de conteúdo.

A espoliação urbana assume, nos casos de extrema exclusão sócio-espacial, como a favela, novas formas de articulação, criando novos agentes modeladores do espaço, bem como novos mecanismos de segregação e domínio sócio-espacial.

O nosso estudo revela que os processos de desfavelamentos ocorridos em Uberlândia simplesmente, mudaram a

pobreza de local ou, melhor, o espaço favelado foi transferido, mediante o manejo da população e de práticas políticas excludentes, para outro local.

Essas práticas demonstram um novo processo de espacialização da sociedade, que no caso específico das favelas em Uberlândia, representam a periferação ou re-segregação desse espaço favelado.

Os programas de desfavelamento, de um modo geral e, especificamente, nesta cidade, partem de ações políticas e, basicamente, do princípio de *melhoria social* para os favelados, esta restrita ao caráter habitacional, como se esta fosse a razão central do surgimento e expansão das favelas.

Todavia, essas políticas ocultam o seu verdadeiro significado, onde o objetivo básico é o deslocamento dessa parcela desprivilegiada, em benefício de algum tipo de obra pública, ou simplesmente pelo fato de que essas aglomerações humanas enfeiam a cidade. No caso de Uberlândia, que procura manter a imagem de cidade moderna, limpa e ordeira, com padrões elevados de qualidade de vida, as áreas faveladas denigrem esse imaginário.

Por outro lado os bairros, as áreas de urbanização e assentamento criadas para atender os moradores de favela, durante os programas de erradicação, dentre os quais citamos o Tocantins, Esperança, Dom Almir e áreas no Leão XIII, Maravilha, Tibery, Vila Maria, Santa Mônica, Jardim Metrópole, São José, São Jorge Laranjeiras, Paineiras e, recentemente, o Seringueiras, Santa Mônica II e o Guarani, revelam um quadro que não difere muito da realidade precária da favela.

No que diz respeito ao espaço físico, os assentamentos são sensivelmente melhores que a favela, mas ainda bastante deficientes. As condições de infra-estrutura e equipamentos urbanos são precários, os

serviços públicos irregulares, as construções das moradias apresentam graus de habitabilidade baixos e, observa-se, em geral, uma deterioração nas condições de acessibilidade dos moradores. Essa última característica revela o caráter de periferização do processo de desfavelamento.

Enfim, as soluções propostas e efetuadas para o problema da favela em Uberlândia, mediante o deslocamento dos favelados, representam um processo extremamente seletivo, excludente e segregacionista. Empiricamente, concluímos, que na verdade ocorre uma regularização/formalização do espaço da pobreza, dentro de um pensamento ideológico de suposta erradicação da pobreza, mediante o fornecimento de habitações.

No entanto, a expansão das favelas não ocorre em função do déficit habitacional, mas sim pelo acirramento das desigualdades sociais, desemprego e conseqüente empobrecimento desse segmento populacional.

## 2.6- O significado social da favela

A favela apresenta-se no cenário urbano como uma realidade concreta e objetiva, resultado evidente da materialização do caráter perverso do modelo econômico brasileiro e de processos sociais espoliativos que levam ao empobrecimento dos sujeitos no espaço urbano.

De acordo com TASCHNER (1988: 77), *a história das favelas é a história do espaço não permitido*, do espaço ilegal e, conseqüentemente, da não cidadania, uma vez que ser cidadão implica, necessariamente, no direito de habitar em local social e juridicamente aceito, assim como o de usufruir dos serviços considerados públicos.

O espaço favelado é também considerado enquanto *cidade clandestina*. Clandestina pelas suas condições de habitabilidade, que fogem dos padrões mínimos definidos pela legislação urbanística, e porque nela, praticamente, inexistem os direitos básicos, individuais, sociais e políticos.

PERLMAN, apud MEIRELLES (1994), diz que nos dias atuais, a cidade formal cresce anualmente cerca de 3,0% a 4,0%, enquanto que a cidade informal, com a explosão das moradias irregulares, cresce na faixa de 8,0%, ou seja, a cidade clandestina aumenta no mínimo em dobro. Esses dados são relativos às grandes metrópoles mas, como as cidades de pequeno e médio porte apresentam o mesmo padrão sócio-espacial, atrevemos-nos a considerar que esses dados são também pertinentes para essas cidades.

Nessa perspectiva a favela, enquanto forma espacial urbana, desperta indagações complexas e cria símbolos, imagens e representações em dois níveis básicos: de um lado, o morador da favela; do outro, a sociedade. Dessa forma, surgem duas perguntas: qual o significado, para o morador e para a sociedade, da moradia em favela? E quais as implicações sociais, políticas e econômicas do espaço da favela? Essas interrogações trazem em seu bojo inúmeras outras questões: a favela enquanto solução alternativa para o problema da moradia; os valores e símbolos embutidos na noção de casa; a luta pelo espaço dentro e fora da favela; os sistemas construtivos; a institucionalização das relações na favela; a eficiência ou ineficiência das políticas públicas em relação a esse tipo de assentamento, entre outras.

A favela, tradicionalmente, apresenta-se, como forma de sobrevivência para a população pobre, em pelo menos dois sentidos: em primeiro lugar, ela representa uma economia direta nos gastos com

habitação e, em segundo, como as favelas tendem a se localizar em áreas próximas aos centros de emprego, levariam a uma redução nos custos com transporte. (KOWARICK, 1979)

Em Uberlândia, contudo, a segunda colocação de KOWARICK (1979), que diz respeito aos transportes, não é totalmente válida, pois as favelas encontram-se localizadas em áreas periféricas e distantes dos centros de emprego. Isto ocorre em decorrência da expulsão destas para a periferia, o que agrava ainda mais o quadro de exclusão sócio-espacial.

No entanto, se a favela em Uberlândia continua sendo ainda uma fonte de redução de gastos para seus moradores é no sentido da construção da moradia, uma vez que os gastos na construção e manutenção de um barraco são sensivelmente inferiores a qualquer outra modalidade de moradia. De qualquer forma, a favelização constitui, para a população pobre, uma solução para o problema de moradia e uma forma de sobrevivência na cidade. Nesse sentido, de acordo com KOWARICK, (1979: 94), *a favelização é um expediente necessário para sobreviver na cidade.*

No universo das representações que os moradores da favela têm das diferenças e desigualdades que vivenciam em seu cotidiano, destacamos os estigmas e os preconceitos. A percepção do quanto são estigmatizados aparece de diversas formas. Primeiramente, no sentido de morar em condições ilegais e na generalização dessa clandestinidade de moradia para atributos pessoais, onde todos os que se encontram nessas condições são bandidos, ladrões e vadios. (SILVA, 1994).

Os preconceitos, ainda, transferem a precariedade das condições de infraestrutura e moradia para o corpo dos favelados, construindo imagens de sujeira e degradação. O estigma de morar em uma

favela assume uma face mais cruel, quando a situação de exclusão aparece associada ao mercado de trabalho, ou seja, quando o morador da favela não consegue emprego simplesmente pelo fato de morar na favela. (SILVA, 1994).

A sociedade, por outro lado, associa diretamente pobreza a ignorância, criminalidade e vadiagem, jogando esse contingente populacional para o lugar da incivilidade. A condição de favelado representa uma vulnerabilidade que o atinge não apenas enquanto morador de uma estrutura precária mas, principalmente, no que diz respeito aos direitos civis. De acordo com KOWARICK (1989: 90), *a precariedade das condições de vida, por si só, já torna temerário classificar o favelado como um cidadão urbano.*

Nesse sentido, a favela é pensada pela sociedade e poder político-econômico enquanto cinturões de miséria, incubadora de doenças, crimes, desorganização social, uma realidade patológica, uma praga, um quisto, uma calamidade pública que enfeia e desorganiza o espaço urbano.

Os elementos simbólicos, as representações e o imaginário refletem a percepção da ilegalidade em que vive essa população favelada. Ilegalidade esta que ultrapassa os limites físicos da cidade clandestina, em que a precariedade de vida nas favelas transforma o morador em não-cidadão, tirando-lhe o direito à moradia e o direito à cidade.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno de favelização encontra-se presente em todo o território brasileiro, tendo como base os grandes centros do País, onde a população favelada atinge índices bastante elevados.

Em Uberlândia, a favela não é propriamente um grande problema.

Atualmente, tem-se apenas 0,46% da população vivendo nas áreas faveladas, ou seja, 309 famílias, o que representa cerca de 1595 habitantes. Assim sendo, comparada a outras cidades brasileiras, a população favelada de Uberlândia é pouco expressiva.

Contudo, a favela não deixa de ser um problema, pois em sua estruturação observamos alguns aspectos significativos, que caracterizam todo o fenômeno de favelização nesta cidade, a saber:

1. trata-se de um processo contínuo, que se mantém apesar das constantes tentativas de erradicação;
2. as persistentes ações espoliativas e segregacionistas das políticas de controle e de organização do espaço urbano;
3. o processo de empobrecimento geral da população que, conseqüentemente, acarreta a sobrevivência da favela.

Uberlândia apresenta, no seu processo de produção do espaço, práticas segregacionistas que privilegiaram e privilegiam a reprodução do capital, assim como, das classes de renda média e alta em detrimento da classe trabalhadora, que, gradativamente, foi sendo e é social e espacialmente segregada. Na sua configuração espacial, é possível verificar essas práticas, através do processo de periferação e de favelização, uma vez que, de modo geral, a distribuição da população reflete a condição social dos moradores, espelhando a segregação imperante no âmbito das relações sociais, políticas e econômicas.

A favela em Uberlândia, enquanto um aspecto de organização espacial, significa e representa o espaço mais segregado e marginalizado da cidade, pois, mediante suas condições precárias de habitabilidade, demonstra o caráter perverso da espoliação

urbana, que está presente, inclusive, no discurso progressista e desenvolvimentista de sua elite e dos seus representantes políticos.

Para concluir, há que se considerar que o processo de favelização nesta cidade, bem como nas demais cidades brasileiras é, em síntese, gerado por problemas de ordem estrutural, porquanto as favelas não decorrem de um simples desequilíbrio entre a carência de moradias e uma vasta população consumidora. Elas surgem e desenvolvem-se no tecido urbano a partir de um complexo de problemas sociais, políticos e econômicos que perspassam, basicamente, pelas práticas segregacionistas de ocupação e uso do solo urbano e pela questão distributiva da renda e da terra.

#### 4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço & Debate - Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: NERU, ano XIV, no 37, p. 34 - 46, 1994.
- BESSA, K. C. F. O. *A fragmentação do espaço urbano e o processo de favelização de Uberlândia*. Uberlândia: DEGEO/UFU, 1996. 202 p. (Monografia, Graduação em Geografia).
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 98 p. (Coleção Repensando a Geografia).
- \_\_\_\_\_. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. 390 p.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15 - 47.

- GRECO, J. F. N. O desfavelamento em Uberlândia. *Cadernos de História*. Uberlândia: EDUFU, vol. 01, no 01, p. 45-54, jan/dez, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico - Dados Distritais*, Rio de Janeiro, 1991.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 202 p.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. p. 143.
- MEIRELLES, S. A luta por um lugar para morar, *Ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, ano 3, no 45, p. 4 - 15, out, 1994.
- PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 377 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, *Plano Diretor de Uberlândia*, Uberlândia, 1991. s/p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, *Habitação popular: A solução comunitária*, Uberlândia, 1988. s/p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, *Habitação popular*, Uberlândia, 1984. s/p.
- RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 72 p. (Coleção Repensando a Geografia).
- SANTOS, M. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. 88 p.
- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993. 142 p.
- SILVA, A. A. (org.). *Urbanização de favelas: duas experiências em construção*. São Paulo: PÓLIS, no 15, 1994. 120 p. (Publicações PÓLIS).
- SOARES, B. R. *Habitações e produção do espaço em Uberlândia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1988. 227 p. (Dissertação, Mestrado).
- \_\_\_\_\_. Uberlândia: anotações sobre seu crescimento urbano. *Cadernos de História Especial*, Uberlândia: EDUFU, vol. 04, no 04, p. 49-62, jan, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Uberlândia: da "Cidade Jardim" ao "Portal do Cerrado" - imagens e representações no Triângulo Mineiro*, São Paulo: FFLCH/USP, 1995. 335 p. (Tese, Doutorado).
- TASCHNER, S. P. Heterogeneidade na favela. *SINOPSE 11*, São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, no 10, p. 77 - 85, 1988.
- ZYLBERBERG, S. *Morro da Providência: memórias da Favela*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação e Cultura, 1992. 122 p.

## JORNAIS

- Correio do Triângulo, Uberlândia, várias edições.
- O Repórter, Uberlândia, várias edições.
- Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, várias edições.
- Jornal Primeira Hora, Uberlândia, várias edições.